

AGRICULTURA URBANA E SUSTENTABILIDADE NO AMBIENTE CONSTRUÍDO

Fabio Cesar Manente
Universidade Paulista

Percursos e potenciais

RESUMO | O tema desta investigação é a produção alimentar em espaços urbanos, que demanda por locais e regulações para sua prática e relaciona o indivíduo ao meio ambiente urbano sob a perspectiva da sustentabilidade. Por estar em debate internacional e nacional, requer entendimentos e parâmetros de observação. Considerar a função ambiental e social da utilização do uso do solo para a agricultura, justifica o empenho por buscas de alternativas. Objetiva-se situar o debate atual sobre agricultura urbana para balizar paradigmas de sua viabilização, apoiar iniciativas em andamento e propor sua ampliação. Mediante revisão bibliográfica do panorama internacional e nacional dos últimos 30 anos e aproximação do território por meio de iniciativas que acontecem na cidade de São Paulo, busca-se por meios de avançar nas práticas agrícolas na cidade.

Palavras chave: agricultura urbana, ambiente, território, urbanização

ABSTRACT | The theme of this investigation is food production in urban spaces, which demands locations and regulations for its practice and relates the individual to the urban environment from the perspective of sustainability. As it is an international and national debate, it requires understanding and observation parameters. Considering the environmental and social function of using land for agriculture justifies the commitment to searching for alternatives. The objective is to situate the current debate on urban agriculture to define paradigms for its viability, support ongoing initiatives and propose its expansion. Through a bibliographical review of the international and national panorama of the last 30 years and approaching the territory through initiatives that take place in the city of São Paulo, we search for ways to advance agricultural practices in the city.

Keywords: urban agriculture, environment, territory, urbanization

Introdução

O tema desta investigação é a produção alimentar em espaços urbanos, que demanda por locais e regulações para sua prática. Por estar em debate internacional e nacional requer entendimentos e parâmetros de avaliação para poder avançar. Relaciona o indivíduo ao meio ambiente urbano sob a perspectiva da sustentabilidade. Urbanização, ambiente construído e modos de vida, contextualizam o estudo subsidiando a possibilidade analítica do conceito de agricultura urbana.

Cidades adensadas, com baixa permeabilidade, fontes de calor geradas pelos modos de vida, poucas áreas destinadas à cobertura verde e respiro, resultam em urbanização que incrementa a emergência ambiental com risco de insustentabilidade. Pensar na utilização do uso do solo com para área agrícola parece paradoxo, entretanto sua função ambiental e social justifica o empenho na busca por alternativas à sustentabilidade urbana. O objetivo aqui é situar o debate atual sobre agricultura urbana para balizar paradigmas de sua viabilização, apoiar iniciativas em andamento e avançar para ser mais efetiva e ampla.

Para abordar o tema, o método proposto passa por duas vertentes: pesquisa de referências e visita a locais para avaliação no lugar. A revisão bibliográfica considera, de maneira ampla, o panorama internacional e nacional dos últimos 30 anos através das ações de agências globais e legislação de governos locais. Na aproximação do território, iniciativas de acontecem na cidade de São Paulo ilustram o tema e permitem vislumbrar meios para avançar nas práticas agrícolas que este estudo considera relevantes de serem viabilizadas o espaço intraurbano.

1. Premissas para agricultura urbana

Agricultura urbana acontece nos espaços intraurbanos e periurbanos, interage com o ecossistema urbano, complementa a produção agrícola da zona rural e, na demanda por espaço, revela a necessidade de pensar e rever estratégias no gerenciamento urbano (Mougeot, 2019). Na cidade o solo se destina a outros usos da dinâmica social e econômica e, em sua maioria, possui valor mais alto que o rural, o que faz gerar o debate sobre como e onde viabilizar a prática agrícola no seu interior. Na disputa pelo espaço urbanizado áreas para cultivo tornaram-se escassas, entretanto o momento ambiental atual impõe revisão de conceitos quanto ao uso solo que pode considerar outras formas de ocupá-lo além das praticadas.

Está entre os exemplos de Soluções Baseadas na Natureza, aquelas que com diferentes tecnologias ou intervenções no território buscam pela melhora da qualidade urbana através dos elementos da natureza (Costa; Sakurai, 2021). O meio ambiente passa a ser valorizado pela prática agrícola urbana, ao considerar que locais verdes e solo permeável são necessários para a reconstrução da paisagem apagada pelas construções e a conseqüente alteração do sítio original. Entretanto, demanda por precauções, cuidados e conhecimento técnico ao se considerar a contaminação dos solos e das águas, as zoonoses relacionadas aos animais, os vetores, poluição do ar e demais intercorrências que colocam em risco a integridade saudável da produção de alimentos na cidade. Nesta atividade, há reduzida ou nenhuma possibilidade de utilização de agrotóxicos como na zona rural, induzindo a uma produção sem agentes químicos,

orgânica e de benefícios à saúde geral. Já a saúde mental é estimulada pelo contato com a terra, desenvolvimento das espécies, convívio social e realização da produção (Mass e outros, 2020). Aos benefícios promovidos pelas relações entre as pessoas cuidadoras do plantio, acrescenta-se a segurança alimentar, com a possibilidade de alimentação para a comunidade, em especial a população vulnerável, que pode ser beneficiada com a redução do custo do alimento produzido e boa qualidade.

É atividade antiga que acompanha as civilizações pela história, não se constitui em tema novo (Boukharaeva, 2005). Importa para o presente estudo as situações que se formularam a partir dos anos 1990. Conforme Rostichelli (2013), no contexto latino-americano, um marco importante para institucionalização da agricultura urbana ocorreu em 1995 com a formação da Rede América Latina de Pesquisa em Agricultura Urbana fomentada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), através do Programa de Gestão Urbana para América Latina e Caribe (Rostichelli, 2013). A articulação de importantes e abrangentes organismos internacionais e governos locais ressalta os olhares que a agricultura urbana incorporou nas últimas décadas para que se entenda o momento presente e desenvolvam meios para iniciativas futuras.

1.1. Contexto internacional

Os estudos do PNUD sobre agricultura urbana tiveram ênfase a partir de 1994. Nesta época, foi elaborado relatório que identificava suas funções ambientais, sociais, econômicas e humanas como atividade específica que demandava por políticas públicas e também a atualização e divulgação do conceito em escala mundial dentro das noções de sustentabilidade debatidas naqueles anos. Apontava a dificuldade em encontrar terrenos e o pouco engajamento das pessoas e governos no entendimento da causa (Boukharaeva, 2005).

É reconhecida internacionalmente, conforme apresentam Curan e Marques (2021), pela multifuncionalidade que, ao viabilizar uso da terra e alterar a paisagem, promove segurança alimentar, preserva as tradições culturais, e gera desenvolvimento social e econômico ao incorporar mais um o ciclo de produção na cidade. Essa diversidade de temas, que demanda por várias disciplinas e conhecimentos, atrai a dedicação de estudos de cidades e locais com condições físicas e populacionais distintas e aponta para a abrangência do assunto (Curan; Marques, 2021).

No ano de 2015, a prefeitura da cidade de Milão promoveu encontro internacional entre cidades para a troca de conhecimentos em agricultura urbana, que constitui o Pacto de Milão sobre Política de Alimentação Urbana. Desde então, o Pacto promove troca de experiências e empenho em desenvolver sistemas alimentares com base em sustentabilidade e justiça social, segurança alimentar e nutricional, equilíbrio entre produção e consumo rural e urbano e desenvolvimento de sistemas alimentares mais saudáveis. Inicialmente contou com 100 cidades participantes e, em fevereiro de 2024, estavam cadastradas 280 cidades em todos os continentes. As signatárias encontram apoio mútuo no desenvolvimento de sistemas, técnicas e políticas públicas para ampliarem ações no sentido de implantar e tornar eficiente a prática. No Brasil, até fevereiro de 2024, participam 11 municípios: Araraquara, Belo Horizonte, Campinas, Curitiba, Maricá, Osasco, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo. Disponível em <https://www.milanurbanfoodpolicypact.org/> (Consulta:

20/02/2024).

Neste contexto, a organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), promoveu em 12/10/2022 através do Comitê de Segurança Alimentar Mundial (CFS) no âmbito da CFS-50 o evento: capacitando cidades e governos locais para a transformação sustentável e inclusiva dos Sistemas Alimentares urbanos e territoriais. Conforme a divulgação disponível na divulgação oficial: “O foco do evento está no empoderamento dos governos municipais e locais para transformar os sistemas alimentares urbanos e locais/territoriais. Como tal, o evento abordará as questões de governança e as ligações entre as ações nacionais e locais para transformar os sistemas alimentares em direção a um caminho sustentável. Pode criar um ambiente propício para os governos locais e outras partes interessadas locais fazerem uma contribuição fundamental para a transformação sustentável dos sistemas alimentares. O debate no evento paralelo visa identificar estruturas de governança multinível, que melhor reflitam a importância e potencial dos sistemas alimentares urbanos e territoriais e apoiem sua transformação”. Disponível em <https://www.fao.org/cfs/plenary/cfs50/en/> (Consulta:10/02/2024).

Chama a atenção o quanto a dimensão do evento, dedicado a avançar na produção alimentar na cidade em conjunto com representantes diversos, ressalta a universalidade do tema, atualiza o debate sobre o uso do solo urbano e a necessidade de buscar meios de realizá-la. Lugares, pessoas, meios e instrumentos estão em transformação nas localidades e ligados ao debate amplo internacional, o que torna a agricultura urbana um tema que requer investigação.

1.2. Abrangência da agricultura urbana no Brasil e legislação recente

Os planos federais induzem políticas locais ou reflexos, às vezes tardios, do que já ocorre nas localidades. Com a agricultura urbana no Brasil, aconteceu apenas em 2018 a criação do Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana, revelando o quão tarde o tema entrou com efetividade na pauta nacional.

Entretanto, vem sendo incentivada e regulada por prefeituras antes desta ocasião como, por exemplo: Curitiba- PR, com o programa Lavoura e Nosso Quintal de 1986; Sete Lagoas- MG, o programa Hortas Comunitárias existe há quase 40 anos; São Paulo e Recife, instrumentos legais são aplicados desde 2004. De acordo com panorama Políticas Públicas Municipais de Agricultura Urbana (PPMAU) elaborado pelo Instituto Escolhas para 100 cidades brasileiras, agricultura urbana é emergente com a crescente participação dos municípios que a consideram estratégia importante de segurança alimentar e nutricional, recuperação de espaços ociosos, contribuição ao meio ambiente. Apresentam fragilidades que demandam por maiores vínculos entre pessoas que participam, território e a municipalidade. Disponível em <https://100politicasscolhas.org/> (Consulta 30/01/2024).

Vale destacar que o amplo estudo realizado Santandreu e Lovo (2007), identificou em 2007 aproximadamente 600 iniciativas em agricultura urbana e periurbana em 11 regiões metropolitanas brasileiras caracterizadas pela diversidade de plantio, alimentos e criação de animais com destaque a participação de grupos vulneráveis. (Santandreu; Lovo, 2007). Demonstra assim como o tema

se estruturou nas últimas décadas, o que exigiu e demanda por atenção e regulação.

Em 2023, nova legislação federal se consolidou através da articulação entre o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e o governo federal brasileiro, o decreto 11.700 que instituiu novo Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana. Destacam-se em relação à agricultura urbana e periurbana: inclusão nas políticas de financiamento; incentivo a incluí-las nos planos diretores e parcelamento do solo; considera a produção, distribuição e comercialização de alimentos, plantas medicinais, plantas aromáticas e fitoterápicos; a oferta de alimentos saudáveis e redução dos circuitos de distribuição; combate à insegurança alimentar; promoção de técnicas para reuso da água e revitalização dos cursos hídricos urbanos. Como princípios de cidadania ressalta que as práticas são formas de exercer o direito à cidade e à saúde, o cooperativismo e o associativismo, o respeito à diversidade socioambiental e cultural e a alimentação como prática cultural e social com formação e construção de conhecimento e informação (Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana, 2023).

A legislação atual é de grande incentivo às pessoas e gestores municipais e estaduais para incrementar a agricultura urbana no Brasil, o que se constitui em momento favorável para sua expansão e engajamento público. Os profissionais ligados ao desenho, produção e uso do espaço, como arquitetos e urbanistas, entre outros, estão em especial momento para rever paradigmas éticos e estéticos e alinharem-se ao movimento que busca por paradigmas de utilização do espaço da cidade para uso agrícola. Na busca por espaços nas cidades adensadas é preciso rever o pensamento da utilização construtiva ao máximo em detrimento de áreas livres, públicas e privadas, que sirvam de local de plantio com esta finalidade.

2. Agricultura urbana na cidade de São Paulo: Programa Ligue os Pontos

Espaços públicos utilizados para agricultura urbana na cidade de São Paulo são terrenos públicos de pequeno a médio porte não utilizados ou subutilizados. São áreas sob linhas de transmissão de energia elétrica, áreas verdes públicas sem cuidado ou utilização adequada, pátios e terraços existentes em edifícios públicos com potencial para receber horta (Biazoti e outros, 2021). A área rural da cidade vem sendo cada vez mais reconhecida e fortalecida para uso agrícola e enquanto meio ambiente se comunica com as demais e municípios vizinhos. Entretanto, o foco aqui são as áreas urbanizadas.

Na cidade de São Paulo, os instrumentos legais para implantação de agricultura urbana foram estabelecidos por meio da Lei 13727/04 que criou o Programa de Agricultura Urbana e Periurbana (PROAURP), regulamentada pelo Decreto 51.801/10. A lei diferencia áreas públicas e privadas, assegura o uso regular das públicas para fins de agricultura urbana e incentivando a autogestão pela comunidade com a supervisão da municipalidade. (Biazoti e outros, 2021). Tornou-se instrumento para permitir a implementação em diversos trechos e áreas na cidade com características diversificadas.

A Prefeitura de São Paulo concluiu em 2018 a implementação do Programa Ligue os Pontos. Este estruturou a agricultura produzida na zona sul, uma par-

te rural, mediante orientação técnica e ligação de toda rede de produção e consumo de alimentos orgânicos, unindo os atores envolvidos a partir de uma plataforma virtual. Objetivo foi, em conjunto com produtores, realizar transição agroecológica com parâmetros e integração até a conquista de confiança dos agricultores para que se tornassem multiplicadores na expansão do programa. O princípio abrangeu 3 linhas de ação: fortalecimento da agricultura por assistência técnica; incentivo de negócios e valores; coleta e apresentação de dados para viabilizar análises e novas proposições (São Paulo, 2018).

Como seqüência, está ativo o Projeto Sampa + Rural da Prefeitura da Cidade de São Paulo. Implantado em 2020, reúne em uma plataforma digital produtores, cooperativas e comerciantes dedicados à produção agrícola na zona urbana e rural da cidade e também nos espaços públicos. O intuito é divulgar e conectar os setores produtivos, de distribuição, comercialização e consumo, visando a sistematização e expansão da atividade.

Em 2022, foi implantado o Plano Municipal de Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável 2022-2030, resultante de entrosamento entre poder público e sociedade civil e empenho em inserir a prática agrícola na agenda ambiental. Tem maior enfoque na zona rural, mas amplia para toda a cidade seus objetivos, convidando à participação abrangente. Dentre suas atividades estratégicas encontram-se: “promover cursos de formação para agricultores urbanos; estimular a qualidade sanitária do solo das áreas destinadas à agricultura urbana por meio da adoção de boas práticas e orientação técnica; estimular o uso de áreas públicas municipais destinadas às hortas urbanas; monitorar as condições de solo em função do seu uso e ocupação, de forma a considerar áreas contaminadas; desenvolver materiais de divulgação e sinalização” (São Paulo, 2022, p.92).

Os mapas seguir, elaborados a partir das informações constantes na plataforma Sampa+rural, permitem perceber na área urbanizada, excluiu-se a rural, as concentrações e dispersões das iniciativas da sociedade civil e as hortas urbanas implantadas. <https://sampamaisrural.prefeitura.sp.gov.br/> (Consulta 10/07/2023).

Observa-se densidade maior nos setores centro, oeste e sudoeste, onde concentram-se populações de média e alta renda e mais esparsas nos setores norte e leste, concentração de média e baixa renda.

Na visita à 5 hortas, uma em cada setor da cidade, mapeadas no programa Sampa+rural, foi identificado que os interessados arcam com o custo de produção e a prefeitura com o terreno. Ressalta-se o baixo custo de produção, recursos próprios, consumo sem custo e assistência à população vulnerável. Ocorre a gestão participativa, com supervisão da prefeitura. Quanto às áreas utilizadas, são públicas, comodato (linhas de transmissão) ou escolas públicas. Ao utilizar na área urbana locais públicos subutilizados, sejam internos ou externos, existe contribuição positiva ao meio ambiente, dada pela produção alimentar próxima ao local de consumo, aproveitamento de áreas não utilizadas ou degradadas e aproximação ao meio natural. Existe dificuldade em viabilizar os locais públicos encontrados, o que se agrava com as responsabilidades que precisam ser assumidas pelo grupo de interessados.

Esta espacialização aponta que há interesse na busca pela prática e também

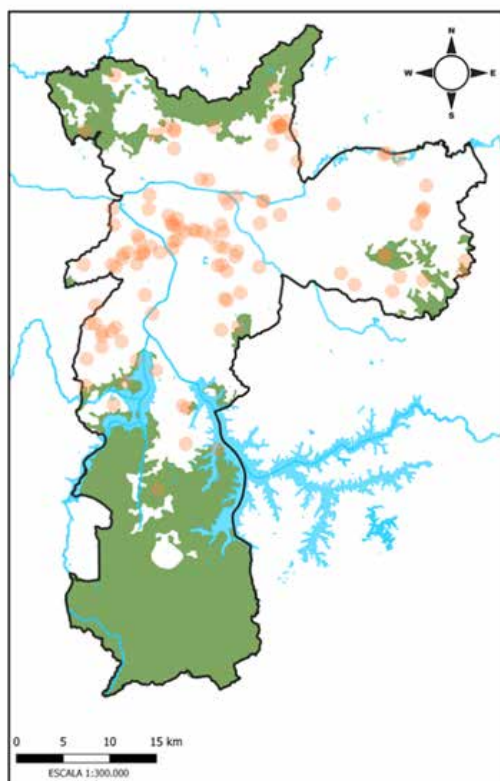


Fig. 01 Mapa hortas urbanas no Município de São Paulo. Fonte: elaboração própria a partir dos dados do Programa Sampa + Rural da Cidade de São Paulo

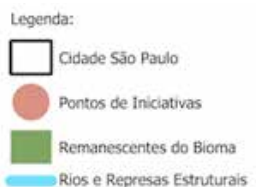
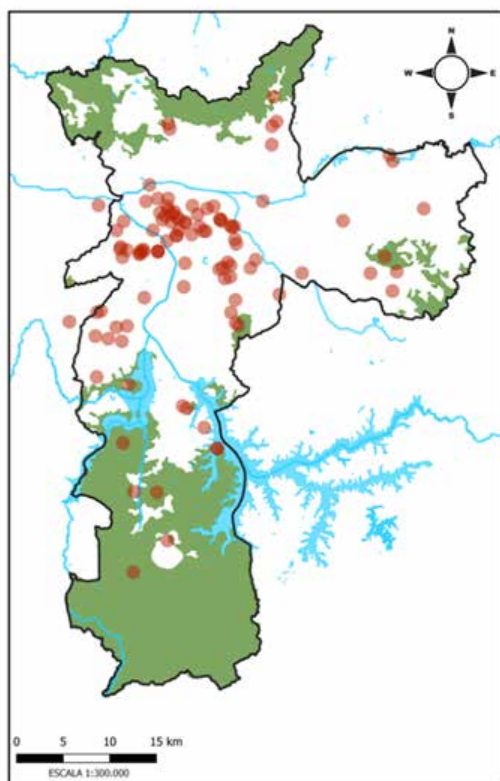


Fig. 02 Iniciativas da sociedade civil no Município de São Paulo. Fonte: elaboração própria a partir dos dados do Programa Sampa + Rural da Cidade de São Paulo

necessidade de chegar a mais locais de média e baixa renda. Existe a preocupação de inclusão de menos favorecidos ao perceber que nos setores de média a alta renda há diversas iniciativas e assistência, mesmo que parcial, a esta população. A plataforma demonstrou-se assertiva para expansão e entro-

samento de grupos organizados, que é sua proposta. Entretanto falta considerar maneiras de apoio técnico e operacional para encontrar áreas disponíveis.

O potencial humano envolvido aponta três vertentes. A primeira é a dos produtores, que poderiam ser chamados de agricultores urbanos, por estarem diretamente vinculados ao plantio, mobilizando saberes específicos, ou adquiridos na cidade, ou trazidos do campo. Esses produtores podem ser também consumidores, seja população vulnerável ou não, podem ter dedicação exclusiva ou temporária segundo as condicionantes individuais. A segunda é a dos consumidores ou apoiadores, que não estão vinculados à produção, mas compram ou incentivam, participando direta ou indiretamente, mas de alguma forma colaboram ou se sensibilizam com a causa. A terceira é o grupo de pessoas que não conhece a prática ou estão dissociadas. É para esse público que se espera encontrar meios de dialogar na busca por ampliar entendimentos de sustentabilidade, devido ser uma causa comum. Houve avanços legais e despontaram-se adeptos, mas ainda é preciso avançar

Conclusões

Agricultura urbana está atualmente em debate global, incentivada por ações que, como o Pacto de Milão, amplificam e geram movimento social e político para incorporar a prática nos sistemas de planejamento e gestão da cidade. Sua importância relaciona-se a composição do ecossistema urbano que se encontra degradado, promoção de parte da segurança alimentar, em especial para pessoas vulneráveis, utiliza espaços públicos ociosos e impõe revisão das práticas de uso do solo, que busca pelo máximo adensamento e construção em detrimento de áreas livres e cultivadas benéficas para pessoas e ambiente. No Brasil, nos últimos 30 anos, conquistou espaço na legislação federal, estadual e municipal, agregou interessados, consolidou práticas, entretanto ainda é pouco utilizada. Promove novas visões sobre o uso do solo urbano, amplia relações e, por plataforma digital, com a apresentada pela prefeitura de São Paulo, reuniu processos de produção e consumo em diversidade de vertentes e públicos. A dificuldade em conseguir espaço cada vez mais disputado e conquistar pessoas ainda é desafio.

Bibliografía

BIAZOTI, A. R., LEÃO, V. O. P. DE S., BURALLI, R. J., & MAUAD, T. (2021). Agricultura urbana no município de São Paulo: considerações sobre produção e comercialização. *Estudos Avançados*, 35, 101. <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2021.35101.012>

BOUKHARAEVA, L., CHIANCA, G., & MARLOIE, M. (2005). Agricultura urbana como um componente do desenvolvimento humano sustentável: Brasil, França e Rússia. *Cadernos de Ciência & Tecnologia EMBRAPA (Brasília)*, 22(2), 413-425.

COSTA, B. M. DA, & SAKURAI, T. (2021). A participação comunitária em projetos de soluções baseadas na natureza na cidade de São Paulo: estudo das hortas urbanas, Horta da Dona Sebastiana, Agrofavela - Refazenda e Horta Popular Criando Esperança. *Revista LABVERDE (São Paulo)*, 11(1), 171-195. <https://doi.org/10.11606/issn.2179-2275.labverde.2021.188679>

CURAN, R. M., & MARQUES, P. E. M. (2021). Multifuncionalidade da agricultura urbana e periurbana: uma revisão sistemática. *Estudos Avançados*, 35. <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2021.35101.013>

Escolhas. (s.d.). 100 políticas para a justiça social no Brasil. 100 políticas. <https://100politicasscolhas.org/> (Consulta: 30 de janeiro de 2024).

FAO. (2023, 4 de outubro). CFS 50 plenária. Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação. <https://www.fao.org/cfs/plenary/cfs50/en/> (Consulta: 10 de fevereiro de 2024).

MAAS, L., MALVESTITI, R., & GONTIJO, L. A. (2020). O reflexo da ausência de políticas de incentivo à agricultura urbana orgânica: um estudo de caso em duas cidades no Brasil. *Cadernos de Saúde Pública (São Paulo)*, 36. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00134319>

Milan Urban Food Policy Pact. (s.d.). Milan urban food policy pact. <https://www.milanurbanfoodpolicypact.org/> (Consulta: 20 de fevereiro de 2024).

MOUGET, L. J. A. (2019). Agricultura urbana - conceito e definição. *Revista de Agricultura Urbana (São Paulo)*, 1.

Prefeitura do Município de São Paulo. (s.d.). Sampa mais rural. <https://sampa-maisrural.prefeitura.sp.gov.br/> (Consulta: 10 de julho de 2023).

PROGRAMA NACIONAL DE AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA. (2023). Decreto nº 11.700 de 12 de setembro de 2023. Brasil.

ROSTICHELLI, M. (2013). Entre a terra e o asfalto: A região metropolitana de São Paulo no contexto da agricultura urbana (Tesis de maestría). Universidad de São Paulo.

SANTADREU, A., & LOVO, I. (2007). Panorama da agricultura urbana e periurbana no Brasil e diretrizes de política pública para sua promoção. Documento referencial geral, Belo Horizonte.

SÃO PAULO, PREFEITURA MUNICIPAL. (2018). Relatório fase 1 Projeto Ligue os Pontos.

SÃO PAULO, PREFEITURA MUNICIPAL. (2022). Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho. Plano Municipal de Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável 2022-2030.

XVI Seminario Internacional de Investigación en Urbanismo / Cristina Araujo Lima... [et al.]; Contribuciones de Josefina Dámaris Gutiérrez; Compilación de Mónica S. Martínez. - 1a ed compendiada. - Córdoba: Editorial de la Facultad de Arquitectura, Urbanismo y Diseño de la Universidad Nacional de Córdoba; Cataluña: Universitat Politècnica de Catalunya, 2024. Libro digital, PDF

Archivo Digital: descarga y online
ISBN 978-987-8486-61-1

1. Urbanismo. I. Araujo Lima, Cristina II. Gutiérrez, Josefina Dámaris, colab. III. Martínez, Mónica S., comp.

CDD 711.007